



ECHOES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIRIO
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro

Elaborado no âmbito do projeto ECHOES, financiado pelo programa de investigação e inovação Horizon 2020 da União Europeia, ao abrigo do acordo n.º 770248.



Co-financiado por:



UNIAO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Este trabalho foi co-financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/, em associação com o projecto «Os Mundos do (Sub)Desenvolvimento: Processos e legados do império colonial português em perspectiva comparada (1945-1975)», HAR-HIS/31906/2017 | POCI-01-0145-FEDER-031906; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

Esta não é uma publicação das instituições aqui elencadas. As instituições não são responsáveis pelos conteúdos da obra, nem os subscrevem necessariamente.

ECOS COLONIAIS

HISTÓRIAS, PATRIMÓNIOS E MEMÓRIAS

ORGANIZAÇÃO

ANA GUARDIÃO

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

PAULO PEIXOTO

FOTOGRAFIA

PEDRO MEDEIROS

TEXTOS DE

ANA ALCÂNTARA, ANA GUARDIÃO, CÁTIA ANTUNES,
CLÁUDIA CASTELO, CRISTIANA TEJO, CRISTIANO GIANOLLA,
CRISTINA ROLDÃO, DIOGO RAMADA CURTO,
FREDERICO ÂGOAS, GIUSEPPINA RAGGI,
JOANA GORJÃO HENRIQUES, JORGE PEDREIRA,
JOSÉ LINO NEVES, JOSÉ MIGUEL FERREIRA,
JOSÉ PEDRO MONTEIRO, LORENA SANCHO QUEROL,
MÁRCIA CHUVA, MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO,
NUNO DOMINGOS, PAULO PEIXOTO, RICARDO ROQUE,
SÍLVIA CORREIA, TELMA TVON, TERESA MATOS PEREIRA

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXII

ÍNDICE

Introdução Ana Guardiã, Miguel Bandeira Jerónimo, Paulo Peixoto	7	Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho Cristiano Gianolla, Giuseppina Raggi	71	Mural Marielle Franco de Vhils Cristiana Tejo	137	Rua do Poço dos Negros Giuseppina Raggi	223
Ensaio Pedro Medeiros	11	ISCSP(U) — Palácio Burnay Frederico Ágoas	79	Museu Nacional de Etnologia Lorena Sancho Querol	145	Rua Gilberto Freyre Cláudia Castelo	231
Arquivo Histórico Ultramarino José Miguel Ferreira, Ricardo Roque	13	Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas Cristiano Gianolla	87	«Os Pretos de Serpa Pinto», Museu Nacional de Arte Contemporânea Teresa Matos Pereira	155	Rua Viriato da Cruz José Pedro Monteiro	237
Associação Comercial de Lisboa Jorge Pedreira	23	Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas Telma Tvon	95	Palácio Nacional de Sintra Ana Alcântara, Cristina Roldão	163	Sala Marnoco e Sousa Diogo Ramada Curto	245
Bairro das Colónias Nuno Domingos	31	Monumento a Luís Vaz de Camões Diogo Ramada Curto	101	Palácio Vale Flor Miguel Bandeira Jerónimo	173	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Joana Gorjão Henriques	255
Banco Nacional Ultramarino Jorge Pedreira	39	Monumento a Sá da Bandeira Miguel Bandeira Jerónimo, José Pedro Monteiro	109	Porto de Lisboa Cátia Antunes	183	Sociedade de Geografia de Lisboa Miguel Bandeira Jerónimo	265
Batoto Yetu Portugal José Lino Neves	47	Monumento ao Trabalhador Africano Miguel Bandeira Jerónimo, José Pedro Monteiro	117	Praça do Império Márcia Chuva	193	Vale do Ave Nuno Domingos	275
Estação Terreiro do Paço Paulo Peixoto	55	Monumentos aos Mortos de Guerra Sílvia Correia	129	Quartel do Carmo / Avenida da Liberdade Ana Guardiã	203	Vale do Jamor Ana Guardiã, Miguel Bandeira Jerónimo	283
Estátua Padre António Vieira Cristiano Gianolla, Giuseppina Raggi	63			Rosa-dos-Ventos José Pedro Monteiro	213	Legendas Notas Biográficas	292 294

INTRODUÇÃO

ANA GUARDIÃO. MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO. PAULO PEIXOTO

Tal como a exposição à qual se encontra associado, este catálogo resulta de um exercício colectivo de investigação e interrogação intelectual sobre o património histórico e cultural de Lisboa, observado a partir das suas múltiplas intersecções com a história colonial e imperial portuguesa. Certamente provisório, a carecer de aprofundamento e diversificação, nomeadamente explorando outros casos, geografias e problemas coloniais e imperiais, convocando outras vozes e argumentos, este exercício crítico procura contribuir, de forma que se quis original e rigorosa, para os debates sobre os passados e os presentes (pós-)imperiais e coloniais, sobre a(s) história(s) e a(s) memória(s) que lhes estão associadas. Sobre o passado cimentado e explícito, mas também aqueloutro obscurecido ou simplesmente negligenciado. Sobre o presente em construção, ou a precisar de reconstrução ou reconfiguração urgente.

Entre outras precauções, procura-se levar a cabo o exercício sem ceder a conjunturas e presentismos instrumentais de natureza vária e recusando a tentação de psicologização dos passados coloniais e dos seus legados no presente. Procura-se não ceder a pulsões moralistas, sobretudo as que assumem for-

mas deliberadamente simplistas, mesmo que envoltas em roupagens de sofisticação muitas vezes fundadas em decalques de reflexões teóricas elaboradas por outrem, frequentemente ajustadas a contextos muito diferentes, espécie de disfarce para a evidente falta de originalidade e fragilidade metodológica e analítica das propostas oferecidas. Procurou-se evitar alguns dos «pecados» mais evidentes de algumas destas propostas, nomeadamente a pouca relevância atribuída à história (ou o seu uso superficial e selectivo), resultando numa compreensão débil da riqueza e da pluralidade das reverberações contemporâneas do imperialismo e do colonialismo.

O necessário entendimento — fino, contextual, contingente e substantivo — dos numerosos contextos e mecanismos de reprodução da diferença, da desigualdade e da discriminação gerados pela diversidade histórica de relações coloniais, no passado e no presente, torna-se assim mais difícil. Uma abordagem plural, diversa, abrangente e inclusiva dos ecos coloniais e das suas histórias corre o risco de se tornar uma miragem.

Este exercício colectivo procura fugir — caberá ao leitor julgar do seu sucesso — a algumas dessas tentações, sem deixar de sublinhar

a intensa visibilidade (não o contrário) dos legados e dos patrimónios do colonialismo. Estes são, de facto, visíveis a olho nu ou por antecipação, em resultado de conhecimento ou de preconceitos acumulados, por vezes de modo subtil, outras de forma bem explícita: nas linguagens e nas interacções do quotidiano, nos discursos políticos e nos «planos» económicos, nas salas de aula e nos materiais de ensino, no edificado e na simbologia públicos, na estatúária, no universo familiar, em instituições várias (públicas e privadas), na toponímia, até em ruínas e espaços transformados pelo tempo e pelo homem, fazendo tábuas rasas das suas histórias. No máximo, escondem-se à vista desarmada. Esses legados estão por todo o lado na história, que, desde logo, nunca é somente passado, e não apenas na «memória». Alimentaram sempre várias narrativas, não apenas uma, muito menos uma «oficial». É difícil falar de «fantasmas» em qualquer sentido pautado por raciocínio lógico. São dezenas, centenas de inscrições no tempo e no espaço, privado e público, simbólico e material, nos corpos de uns e de outros.

Na verdade, esses legados visíveis, espalhados pelo tecido urbano (mais) e rural (menos, mas também), podem ser experienciados e vividos todos os dias — seguramente de modos diferentes dos do passado e variando em função de contextos sociais específicos —, continuando a constringer formas de ver e interrogar o mundo, de olhar, classificar e interagir com os muitos «outros» que nos rodeiam, literal e indubitavelmente. Há quem escolha continuar a ignorar ou a desvalorizar a sua relevância, incontestável, para a cons-

trução de uma outra sociedade, negando passados e desacreditando presentes claramente relacionados. Há ainda os que entendem que apenas parte deste passado deve ser recuperado e enaltecido, obedecendo a um dever e haver dos cálculos sobre o que faz bem à auto-estima, seja da nação, seja do grupo. Mas o que importa, mesmo, é notar que sobre todos estes legados e patrimónios se sabe pouco, ou menos do que se devia saber, apesar de por vezes parecer o contrário. Há muita «investigação» que presume saber o que na verdade está por estudar de modo rigoroso. Ou por estudar, ponto. Propõem-se leituras e julgamentos sumários, assim como medidas e «políticas» urgentes, algumas com traços messiânicos, com base em informação pouco consistente e credível, por vezes veiculada por putativos «especialistas», produtos instantâneos dos instantes e das oportunidades políticas e académicas (por vezes de ambos em simultâneo). Com óbvias limitações, pecando sempre por defeito, este trabalho procura mitigar, mas também assinalar e deixar evidentes tais factos.

O catálogo baseia-se num ensaio fotográfico original da autoria de Pedro Medeiros e num conjunto de textos produzidos por académicos, activistas, museólogos, jornalistas, entre outras vozes e perspectivas. Em conjunto, salvaguardando a necessária liberdade de criação, investigação e reflexão, fotógrafo e autores debruçaram-se sobre um leque diversificado de espaços, actores, instituições e símbolos que, entre muitos outros possíveis, revelam a pluralidade de reverberações contemporâneas das histórias imperiais e coloniais em Lisboa (e noutros locais, de forma

mais limitada, mas sobre os quais muito mais há a saber).

Importa frisar que o trabalho conjunto não implicou, nunca, uma ligação filial a uma causa específica, a um projecto de emancipação colectiva ou muito menos uma cedência à arrogância de presumir falar em nome de quem quer que seja que não o(a) próprio(a) escritor(a) que traçou estas linhas. Daí resulta que não será difícil ao leitor encontrar visões diferentes, até divergentes, diversas sensibilidades e preocupações. Se as histórias do império e a sua materialização evocativa foram sempre plurais, é natural que aqueles que as observam e procuram dar-lhes sentido o façam de forma múltipla e até contraditória. Ao longo do tempo, de facto, com maior ou menor visibilidade, os espaços, os actores, as instituições e os símbolos que aqui se revelam foram pautando os pensamentos e as relações com as histórias, os patrimónios e as memórias associadas aos passados imperiais e coloniais da cidade e dos seus territórios e comunidades envolventes.

Dentro do espectro de temas abordados, Lisboa também foi interrogada a partir de elementos que transpõem os limites específicos da cidade (e do país), incluindo referências a outros espaços e actores — nacionais, imperiais, internacionais e transnacionais. Entre outros aspectos, esta configuração visa mostrar a importância de prosseguir — alargando o escopo de investigação, incluindo mais vozes

e argumentos, contextos e materiais de trabalho — exercícios críticos semelhantes noutras cidades portuguesas. A estes devem somar-se investigações que sublinhem a relação, ela própria plural e nem sempre óbvia, de cada espaço urbano nacional com congéneres à escala global — e até com outro tipo de geografia. A exposição e o catálogo visam mostrar como estes objectivos podem, e devem, ser atingidos: de modo informado, reflexivo e escrutinador, explorando instituições, processos e temas diversos, desde a produção e a transmissão de saber e ideias até às dinâmicas da espacialização urbana da diferença, passando por questões laborais, sanitárias ou, mais amplamente, sociais, passadas e contemporâneas. E propõem-se também mostrar como estes processos históricos são analiticamente inseparáveis de campos tidos como específicos da cultura, da memória ou dos «sentimentos» individuais ou colectivos.

Ecos Coloniais: Histórias, Patrimónios e Memórias é certamente apenas um ponto de partida, em rigor, vários pontos de partida. Um volume que não presume que exista, ou alguma vez tenha existido, uma única voz, uma única história, um único caminho, um único ponto de chegada, um único regresso ou uma única solução. Uma obra consciente de que há muito por investigar e por saber, evitando generalidades e simplismos mobilizadores, escapando de engenheiros e empreendedores da «história» e da «memória».

ENSAIO

PEDRO MEDEIROS

I

Ver é fotografar. O fotógrafo é a fotografia.

II

Os fotógrafos interrogam o passado, revelam o presente e adivinham o futuro.

III

A fotografia é o meu compromisso com o tempo, com a história, a memória e a humanidade.
Esta é a minha escrita de liberdade, desenhada num mapa de luz e de sombra.

Lisboa, 2021



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

JOSÉ MIGUEL FERREIRA. RICARDO ROQUE

INTRODUÇÃO

A instituição que hoje conhecemos por Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) corresponde no essencial ao Arquivo Histórico Colonial (AHC), criado na década de 1930 pelo regime do Estado Novo. Neste texto, propomos uma narrativa da história deste arquivo, seguida de breves considerações sobre alguns dos desafios que esta coloca à construção de uma memória pós-colonial, ou descolonizada, do império português. Uma das singularidades do AHC/AHU é o facto de ter sido pensado desde o início como um arquivo *histórico* do império, quando esse mesmo império era ainda uma realidade viva do presente. Essa origem diferencia-o de instituições análogas, como os Archives nationales d'outre-mer, em França, ou as coleções coloniais dos National Archives, no Reino Unido. Estes dois arquivos foram criados na sequência dos processos de descolonização como repositórios de um passado colonial dado por encerrado, reunindo a documentação dos antigos organismos da administração imperial na metrópole e algumas coleções transferidas (muitas vezes

de forma controversa) dos antigos territórios coloniais britânicos e franceses. O exemplo mais próximo é, talvez, o Archivo General de Indias, em Sevilha, criado no final do século XVIII para reunir documentação dispersa relativa ao império espanhol. Mas mesmo este só abarca o período até ao final do século XIX. Por contraponto, o AHC/AHU foi uma criação integrada no projeto político do colonialismo português tardio. O seu próprio nome é revelador da profunda ligação que este projeto manteve com uma visão histórica do império colonial. Por um lado, remete para a sua condição como «lugar de memória» do império, para usar a conhecida expressão de Pierre Nora. Por outro, sugere também a vontade política do Estado Novo em moldar esta memória para produzir uma narrativa oficial sobre o passado de Portugal enquanto nação imperial. Neste sentido, o AHC/AHU foi constituído não apenas como um repositório de documentos, mas como uma tecnologia de governo da memória colonial e imperial do país.

UM ARQUIVO COLONIAL DA NAÇÃO-IMPÉRIO

Em 9 de junho de 1931, o ministro das Colónias Armindo Monteiro promulgou o decreto que criava o AHC. Instalado no Palácio dos Condes da Ega, junto à Rua da Junqueira, perto de Belém, o AHC agregava a documentação pertencente à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1833-1911) e ao Ministério

das Colónias (criado em 1911) e um conjunto de coleções documentais mais antigas, que se encontravam dispersas por outros arquivos e bibliotecas lisboetas. Nas palavras do ministro, o novo arquivo cumpriria a missão de «guardar, inventariar e catalogar os documentos que interessem ao estudo e conhecimento

da história política, administrativa, missionária, militar, económica e financeira da colonização portuguesa». Reunida e centralizada no Palácio da Ega, esta documentação histórica era assim chamada à tarefa de monumentalizar e manter vivo o passado de Portugal como uma nação imperial, pluricontinental e multissecular.

A existência, em Lisboa, de «arquivos» ligados à administração imperial não era, em si mesma, uma novidade. Ao longo dos séculos, os diferentes organismos encarregados de governar o império tinham mantido repositórios organizados de documentos — «arquivos», no sentido funcional do termo —, a fim de processar e guardar a documentação que chegava dos territórios controlados pela Coroa portuguesa em África, na América e na Ásia. Era o caso, por exemplo, da Casa da Guiné, Mina e Índia (c. 1503-1755) ou do Conselho Ultramarino (1643-1833). Estes arquivos funcionavam, acima de tudo, como instrumentos de informação e de governo à distância. Mas desempenharam também um papel importante na produção de uma memória enaltecedora da expansão imperial portuguesa, que começou a ser construída pelo menos desde o início do século XVI.

No entanto, foi no século XIX que estas preocupações de ordem histórica e memorial adquiriram maior força na conceção e no ordenamento desses repositórios. A «ocupação efetiva» dos territórios coloniais que marcou as últimas décadas desse século foi acompanhada por um interesse renovado pela recuperação dos documentos que registassem a longa história da presença portuguesa nessas regiões. A inventariação e a conserva-

ção das coleções documentais relativas à história do império tornaram-se, deste modo, uma preocupação corrente entre os círculos políticos e intelectuais do país, particularmente junto de instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa. Cobertos pelo pó do tempo, os «documentos antigos» da administração imperial eram agora vistos como necessários à produção do futuro da nação e à afirmação do seu lugar entre as potências colonizadoras europeias.

Apesar disso, no início do século XX continuaram a ser recorrentes as queixas de que boa parte desta documentação antiga se encontrava «espalhada pelos sótãos e corredores» do Ministério das Colónias, sem qualquer tipo de cuidado ou organização. Foi neste sentido que, em 1911, o novo regime republicano decretou que se organizasse o arquivo do ministério e que, ao mesmo tempo, se dinamizasse um programa de publicação de «notícias e memórias relativas aos primeiros períodos da nossa gloriosa história colonial». No ano seguinte, o ministro Cerveira de Albuquerque dirigiu-se à Câmara dos Deputados para defender que este arquivo devia não só integrar a documentação existente nas dependências do ministério em Lisboa, mas também os registos históricos anteriores a 1834, que estavam à guarda da Biblioteca Nacional. A intenção era que esta integração de fundos dispersos num só arquivo permitisse que tanto os funcionários coloniais, como o público em geral pudessem conhecer «a história da nossa colonização». A proposta do ministro não teve resultados imediatos. Mas a ideia de criar um arquivo que servisse como repositório da história do

império não se desvaneceu. Em 1928, quando a documentação começou finalmente a ser transferida das salas onde estava empilhada no Arsenal da Marinha e na Cordoaria Nacional para o Palácio da Ega (remodelado especialmente para esse efeito), o arquivista e futuro diretor honorário do AHC, Pires Avelanoso, voltou a insistir na ideia de «reunir num mesmo e único local toda a nossa documentação ultramarina». Só assim seria possível, no seu entender, escrever uma «história da colonização portuguesa» que, deliberadamente, glorificasse o império, arrancando ao silêncio do arquivo aquilo que dizia ser «o segredo das nossas virtudes».

A criação do AHC decorreu, deste modo, de um forte investimento ideológico no controlo da memória e do discurso histórico sobre o império. Este investimento atravessou diferentes regimes políticos e consolidou-se durante a Ditadura Militar e os primeiros anos do Estado Novo, consubstanciando-se na ideia de «mística imperial» na década de 1930. A aposta política do Estado no controlo do passado colonial esteve associada à criação e difusão de um nacionalismo de forte cariz historicista, que apresentava o império e a nação portugueses como uma só unidade orgânica, benigna e multissecular. O AHC foi instituído como um alicerce desta visão sobre o passado, o presente e o futuro da nação-império. Este facto é sublinhado pela sua inscrição na cidade. A sua instalação no Palácio dos Condes da Ega, que supostamente teria servido como um dos lugares de reunião dos conjurados de 1 de dezembro de 1640, permitia associar o AHC a alguns dos episódios mais gloriosos da história nacional. Além disso,

a proximidade física a Belém — onde em 1940, pouco tempo depois da criação do AHC, decorreria a Exposição do Mundo Português — colocava o arquivo a dois passos do núcleo urbano que Elsa Peralta descreveu como o «complexo de memória» do império português. Por fim, o AHC inseria-se também no coração da rede de espaços da ciência colonial que rodeavam a Rua da Junqueira, onde a partir da década de 1940 o governo de Salazar sediou as principais organizações encarregadas da «ocupação científica» dos territórios coloniais: a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais, o Instituto de Medicina Tropical e o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial e das primeiras descolonizações, o Estado Novo enfrentou uma crescente pressão internacional. Com vista a amenizar os críticos, mas preservar incólume o império, o regime promoveu um conjunto de reformas, entre as quais a abolição do termo «colónias» e a sua substituição por uma terminologia integracionista que escondia a ideia colonial sob a noção de «ultramar». Foi neste contexto que, em 1951, se procedeu a uma renomeação dos organismos estatais da ocupação científica. O Arquivo Histórico *Colonial* foi então simplesmente rebatizado de *Ultramarino*, preservando todas as suas anteriores funções.



UM ARQUIVO ULTRAMARINO DA «LUSOFONIA»

Com o 25 de Abril de 1974 e o início do processo de descolonização, esta designação não sofreu alterações. Em linha com o superficial processo de reorganização das instituições científicas imperiais que acompanhou a transição democrática (em vários casos, pouco mais do que uma alteração cosmética), o AHU manteve quase intocável a função memorialista que presidiu à sua criação. A chegada da democracia não se traduziu, de resto, numa mudança de fundo no enquadramento institucional do AHU. O arquivo permaneceu sob tutela da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, onde fora incorporado em 1973, e, a partir de 1983, do seu sucessor, o Instituto de Investigação Científica Tropical. Apenas com a tardia extinção deste último, em 2015, por incorporação na Universidade de Lisboa, é que o AHU foi finalmente dissociado da velha orgânica colonial da «ocupação científica», passando a integrar a Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.

Estes traços de persistência institucional são indícios de como o fim do império colonial representou (e representa ainda) um desafio por resolver. O AHU permanece emaranhado em discursos e imaginários que continuam, de alguma forma, a ecoar antigos ideários imperiais. A partir da década de 1990, acen-tuadamente na década de 2000, a resposta institucional a esse desafio passou pelo recurso a uma autoimagem do AHU como depositário de um chamado «património arquivístico comum» da lusofonia. Deste ponto de vista, o arquivo constituiria agora uma «herança

partilhada» entre Portugal e as suas antigas colónias. Esta autoimagem pertence a um processo mais vasto de reconfiguração da memória do passado imperial português em torno da noção de «lusofonia» e da ideia dos «Descobrimientos» portugueses como um momento de «encontro intercultural». No caso do AHU, esta orientação refletiu-se em iniciativas conjuntas entre os arquivos «lusófonos» como o Projeto Resgate, que permitiu a microfilmagem de mais de 150 mil documentos relativos à história do Brasil; ou a candidatura do chamado «arquivo dos Dembos» ao registo da Memória do Mundo da UNESCO, em parceria com o Arquivo Nacional de Angola.

Apesar dos incontestáveis méritos destas iniciativas, a visão do AHU como repositório de um «património comum» de um tipo de passado imperial ameno e consensual não pode deixar de ser problematizada no quadro dos debates contemporâneos sobre a «descolonização» da memória pública. Em primeiro lugar, porque tende a obscurecer o facto de o passado colonial ser frequentemente recordado de formas distintas, e, por vezes, radicalmente opostas, não só em Portugal e nas suas antigas colónias, mas também entre diferentes comunidades e indivíduos no interior de cada um destes países. A ideia de «património comum» corre assim o risco de minorizar a dimensão conflitual da memória do colonialismo. Em segundo lugar, porque tende igualmente a secundarizar a genealogia política do próprio arquivo como instituição colonial e as formas como esta moldou (e continua a mol-

dar) a sua estrutura e organização. Neste sentido, é fundamental que a inventariação da enorme massa documental do AHU — a qual, apesar dos esforços dos arquivistas, permanece ainda por completar — seja acompanhada por uma sensibilidade crítica relativamente à sombra que esta genealogia continua a projetar sobre o arquivo. O acesso amplo e transparente à informação sobre o passado deve

caracterizar uma sociedade democrática. Mas convém ter presente, por exemplo, que os sistemas coloniais de classificação documental podem ocultar certos sujeitos ou certos temas tidos no passado por secundários ou, de algum modo, irrelevantes ou inconvenientes. Importa vigiar, para que não se repitam agora esses modos de ocultação.

CAMINHOS DO TRABALHO HISTORIOGRÁFICO

«Não existe poder político sem controlo do arquivo», escreveu Jacques Derrida. O AHC/AHU não é exceção. Este arquivo foi criado como um projeto político do Estado português num contexto em que o passado imperial e colonial do país era tratado como um aspeto inerente à nação e, por isso, o seu governo cabia à esfera do Estado. Cabia, portanto, ao AHC guardar e cuidar dos vestígios desse passado, para assegurar a existência presente e futura da própria nacionalidade. O arquivo devia também servir como monumento que celebrasse as supostas virtudes da nação-império. Com efeito, como já argumentámos, o AHC foi criado para servir como tecnologia de governo da memória colonial; como um lugar de controlo do discurso histórico, imaginado para propiciar a escrita de uma história nacional comemorativa do colonialismo português. O lastro desta genealogia persiste no imaginário da «lusofonia», e a transição democrática tem demorado a encontrar caminhos eficazes para o difícil trabalho de descolonizar o arquivo.

Hoje, a condição de nascimento do AHC/AHU enquanto lugar *colonial* da memória *colonial* continua a pesar como desafio a arquivistas e historiadores. A nosso ver, ela obriga a um trabalho de contramemória que revele e questione o projeto nacional-imperialista que, de algum modo, se insinua ainda na instituição. O AHC/AHU incorporou uma vontade política de ordenar o discurso sobre o tempo passado, presente e futuro da história da «colonização portuguesa». Mas essa vontade não resulta num arranjo totalitário dessa memória. Apesar de tudo, o arquivo é um terreno esquivo, incómodo e refratário a esses quadros de controlo do discurso histórico. Nos seus fundos documentais subsistem múltiplos registos que destoam, escapam e chegam mesmo a contrariar os desígnios políticos do seu guião nacionalista-imperialista. O AHU não guarda «segredos» das «virtudes» portuguesas, como se fantasiava em 1928. Traços de violência colonial, por exemplo, incluindo da maneira como as pessoas resistiram a essa violência, são abundantes nos circuitos documentais da

ação administrativa. Isto mesmo ilustram os exemplos por nós escolhidos para esta exposição, recolhidos no âmbito do projeto «INDICO – Arquivos Coloniais Nativos», que decorre no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Este projeto torna visível um universo plural de registos escritos por timorenses, goeses, moçambicano/as e angolano/as que têm permanecido submersos pela ordem lusocêntrica do arquivo. Procedemos atualmente a um levantamento nos fundos do Conselho Ultramarino, de que resultará um inventário parcial de documentos que exprimem as vozes e as escritas nativas de homens e mulheres ditos/as «colonizado/as». Através deste projeto, tratando com rigor os documentos existentes no próprio AHU, cremos ser possível intervir em contracorrente ao regime colonial de governo da memória que marca a genealogia desta instituição.



LEGENDAS

- pp. 12-21 Arquivo Histórico Ultramarino, Calçada da Boa-Hora, Lisboa, 2021.
- p. 22 Antiga Bolsa de Valores de Lisboa, Torreão Nascente da Praça do Comércio, Lisboa, 2021.
- p. 26 Lisbon Arsenal Suites, antiga sede da Associação Comercial de Lisboa, Rua do Arsenal, Lisboa, 2021.
- p. 26 Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Antiga Associação Comercial de Lisboa, Rua das Portas de Santo Antão, Lisboa, 2021.
- p. 28 Antiga sede da Associação Comercial de Lisboa, Rua da Assunção, Lisboa, 2021.
- p. 30 Bairro das Colónias, Rua de Angola, Lisboa, 2021.
- p. 35 Bairro das Colónias, Lisboa, 2021.
- p. 36 Bairro das Colónias, Avenida Almirante Reis, Lisboa, 2021.
- p. 38 Instituto da Segurança Social, I.P., antiga sede do Banco Nacional Ultramarino, Avenida 5 de Outubro, Lisboa, 2021.
- p. 42 MUDE — Museu do Design e da Moda, antiga sede do Banco Nacional Ultramarino, Rua de São Julião, Lisboa, 2021.
- p. 44 Instituto da Segurança Social, I.P., antiga sede do Banco Nacional Ultramarino, Avenida 5 de Outubro, Lisboa, 2021.
- p. 46 Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu, Caxias, 2021.
- p. 50 Débora Almeida e Cátia Domingos, Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu, Caxias, 2021.
- p. 52 Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu, Caxias, 2021.
- pp. 54-61 Estação Fluvial do Terreiro do Paço, Lisboa, 2021.
- pp. 62-68 Estátua de Padre António Vieira, Largo Trindade Coelho, Lisboa, 2021.
- pp. 70-76 Quinta do Mocho, Sacavém, 2021.
- p. 78 Palácio Burnay, Rua da Junqueira, Lisboa, 2021.
- p. 80 ISCSP — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2021.
- p. 81 Arquivo, ISCSP — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2021.
- p. 83 Busto de Alexandre Herculano, ISCSP — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2021.
- p. 86 Ribeira das Naus, Lisboa, 2021.
- p. 91 Edifício do Centro Interpretativo do Memorial da Escravatura, Largo José Saramago, 2021.
- p. 94 Ribeira das Naus, Lisboa, 2021.
- pp. 100-107 Monumento a Luís Vaz de Camões, Praça Luís de Camões, Lisboa, 2021.
- pp. 108-113 Monumento ao Marquês de Sá da Bandeira, Praça Dom Luís I, Lisboa, 2021.
- pp. 128-134 Monumento aos Combatentes do Ultramar, Forte do Bom Sucesso, Lisboa, 2021.
- p. 122 Museu do Combatente, Forte do Bom Sucesso, Lisboa, 2021.
- pp. 136-141 Mural a Marielle Franco de Vhils, Panorâmico de Monsanto, Lisboa, 2021.
- p. 144 Representação de soldados do Bié, Angola, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 2021.
- pp. 148-151 Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 2021.
- p. 152 Boneca do sudoeste de Angola, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 2021.
- pp. 159-160 MNAC — Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, Rua Serpa Pinto, Lisboa, 2021.
- p. 162 Palácio Nacional de Sintra, 2021.
- pp. 166-168 Jardins do Palácio Nacional de Sintra, 2021.
- pp. 172-177 Palácio Vale Flor, Pestana Palace Lisboa, 2021.
- p. 178 Busto de José Luís Constantino Dias, Marquês de Vale Flor, Palácio Vale Flor, Pestana Palace Lisboa, 2021.
- p. 182 Porto de Lisboa, 2021.
- p. 186 Ribeira das Naus, Lisboa, 2021.
- pp. 189-190 Porto de Lisboa, 2021.
- p. 192 Brasões na Fonte Central, Jardim da Praça do Império, Lisboa, 2021.
- pp. 196-197 Bustos realizados por Manuel de Oliveira para a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, 1940, Jardim Botânico Tropical, Largo dos Jerónimos, Lisboa, 2021.
- pp. 199-200 Jardim Botânico Tropical, Largo dos Jerónimos, Lisboa, 2021.
- p. 202 «Carta de Portugal Insular e do Império Colonial Português», Museu da Divisão História e Cultura da Guarda Nacional Republicana (GNR), Quartel do Carmo, anterior Convento do Carmo de Lisboa, 2021.
- p. 207 Poltrona de Marcelo Caetano, Museu da Divisão História e Cultura da Guarda Nacional Republicana (GNR), Quartel do Carmo, anterior Convento do Carmo de Lisboa, 2021.
- p. 208 Estação Avenida, Metro de Lisboa, Avenida da Liberdade, 2021.
- p. 210 Sede da Juventude Comunista Portuguesa, Avenida da Liberdade, Lisboa, 2021.
- pp. 212-215 Rosa-dos-Ventos, Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, 2021.
- pp. 218-221 Padrão dos Descobrimentos, Lisboa, 2021.
- pp. 222-227 Rua do Poço dos Negros, Lisboa, 2021.
- pp. 230-235 Rua Gilberto Freyre, Chelas, Lisboa, 2021.
- pp. 236-241 Rua Viriato Cruz, Pinhal Conde da Cunha, Corroios, Seixal, 2021.
- pp. 244-248 Sala Marnoco e Sousa, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 2021.
- p. 251 Instituto Jurídico, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 2021.
- p. 254 Sede do SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Oeiras, 2021.
- p. 257 Bairro da Cova da Moura, Amadora, Lisboa, 2021.
- pp. 258-261 Sede do SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Oeiras, 2021.
- pp. 264-272 Sociedade de Geografia de Lisboa, Rua das Portas de Santo Antão, Lisboa, 2021.
- p. 274 Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, 2021.
- p. 278 Flor do Algodão, Museu da Moda e dos Têxteis, World of Wine, Vila Nova de Gaia, 2021.
- p. 280 Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, 2021.
- pp. 282-286 Quinta da Graça, Vale do Jamor, 2021.
- pp. 287-290 Quinta do Balteiro, Vale do Jamor, 2021.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANA ALCÂNTARA

Historiadora, professora convidada, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação; investigadora, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História Contemporânea.

ANA GUARDIÃO

Historiadora, investigadora em Pós-doutoramento, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

CÁTIA ANTUNES

Historiadora, professora associada de História das Redes Económicas Globais, Universidade de Leiden, Institute for History.

CLÁUDIA CASTELO

Historiadora, investigadora principal, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

CRISTIANA TEJO

Curadora e socióloga, investigadora integrada, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História de Arte.

CRISTIANO GIANOLLA

Político e sociólogo, investigador, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

CRISTINA ROLDÃO

Socióloga, professora convidada, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação; investigadora, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

DIOGO RAMADA CURTO

Historiador, professor catedrático de História, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos; investigador, Instituto Português de Relações Internacionais.

FREDERICO ÁGOAS

Sociólogo, investigador, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

GIUSEPPINA RAGGI

Historiadora, investigadora, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

JOANA GORJÃO HENRIQUES

Jornalista, jornal *Público*.

JORGE PEDREIRA

Historiador, professor associado de História, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História; investigador, Instituto de História Contemporânea.

JOSÉ LINO NEVES

Engenheiro florestal; dirigente associativo e percussionista, associação cultural e juvenil Batoto Yetu Portugal.

JOSÉ MIGUEL FERREIRA

Historiador, investigador, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

JOSÉ PEDRO MONTEIRO

Historiador, investigador, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

LORENA SANCHO QUEROL

Sociomuseóloga, investigadora, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

MÁRCIA CHUVA

Historiadora, professora associada de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de História.

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

Historiador, professor associado de História, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes.

NUNO DOMINGOS

Antropólogo, investigador auxiliar, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

PAULO PEIXOTO

Sociólogo, professor associado de Sociologia, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, e Investigador, Centro de Estudos Sociais.

PEDRO MEDEIROS

Fotógrafo *freelancer*, estudos em fotografia no Ar.Co — Centro de Arte e Comunicação Visual e na Associação Maumaus — Centro de Contaminação Visual, bolseiro do Ministério da Cultura / Centro Português de Fotografia no London College of Printing.

RICARDO ROQUE

Historiador, investigador auxiliar, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

SÍLVIA CORREIA

Historiadora, professora-adjunta de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História.

TELMA TVON

Rapper, escritora, licenciada em Estudos Africanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Serviço Social pelo ISCTE-IUL.

TERESA MATOS PEREIRA

Artista visual, professora-adjunta de Artes Visuais, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação; investigadora, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes.

Nesta edição respeitou-se a opção ortográfica de cada autor.

© 2022, Autores e Edições tinta-da-china, Lda.

Palacete da Quinta dos Ulmeiros

Alameda das Linhas de Torres, 152 – E.10

1750-149 Lisboa – Portugal

Tels.: 21 726 90 28

E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Ecos Coloniais: Histórias, Patrimónios e Memórias*

Organização: Ana Guardiã, Miguel Bandeira Jerónimo, Paulo Peixoto

Autores: Ana Alcântara, Ana Guardiã, Cátia Antunes, Cláudia Castelo, Cristiana Tejo, Cristiano Gianolla, Cristina Roldão, Diogo Ramada Curto, Frederico Ágoas, Giuseppina Raggi, Joana Gorjão Henriques, Jorge Pedreira, José Lino Neves, José Miguel Ferreira, José Pedro Monteiro, Lorena Sancho Querol, Márcia Chuva, Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos, Paulo Peixoto, Ricardo Roque, Sílvia Correia, Telma Tvon, Teresa Matos Pereira

Fotografia: Pedro Medeiros

Todas as imagens são da autoria de Pedro Medeiros, excepto:

p. 96 — Maquete do Memorial com vista do alto.

Projecto do artista Kiluanji Kia Henda, com a colaboração do arquitecto Paulo Moreira. Cortesia do Artista

p. 154 — *Os Pretos de Serpa Pinto*, Miguel Ângelo Lupi, imagem cedida pela Direção Geral do Património Cultural, Arquivo de Documentação Fotográfica. Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Revisão: Tinta-da-china

Composição e capa: Tinta-da-china

Fotografia da capa: © Pedro Medeiros, Monumento ao Marquês de Sá da Bandeira, Praça Dom Luís I, Lisboa, 2021.

1.ª edição: Março de 2022

ISBN: 978-989-671-658-5

Depósito Legal n.º 494949/22

Composto em caracteres **CAMAR** (desenhada por Juan Mikes) e **Source** (desenhada por Paul D. Hunt) e impresso na Eigal, Indústria Gráfica, sobre papel Munken Pure de 120 gramas. em Fevereiro de 2022.